

# Em busca das origens: as interpretações da Revolução de Maio nas narrativas dos rio-platenses

**Suellen Mayara Péres de Oliveira**

*Graduada em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. Mestre e doutoranda em História Social pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde desenvolve pesquisa sobre o exílio dos letrados rio-platenses no Brasil entre os anos de 1829 e 1852.*

## RESUMO

O artigo aborda como a Revolução de Maio foi construída como mito de origem nas narrativas dos rio-platenses. Destaca a trajetória do letrado Florencio Varela e as fontes históricas que ele elegeu a fim de construir a história da região do Prata. Sobretudo, investigam-se como as representações do passado atenderam as demandas do presente e aos desejos de futuro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Historiografia, região do Prata e independência

## INTRODUÇÃO

A história escrita para dar forma ao corpo de uma pátria faz parte do tempo presente dos historiadores, visto que as disputas pelo passado procedem das lutas políticas que definem o clima histórico de uma época. Esse ambiente de divergências esteve muito explícito na formação das ditas histórias nacionais, as quais ligeiramente podem ser resumidas como narrativas que tinham por objetivo forjar a especificidade dos novos estados a partir de um território e um povo.

Dessa busca por uma nova origem emergiu o problema advindo das guerras e conflitos em virtude da definição das fronteiras do Império do Brasil com as Repúblicas do Prata, quer seja porque as guerras transformavam os territórios em disputa, quer pelos projetos políticos que reclamavam os antigos territórios coloniais e os interesses das elites da fronteira. Então como os letrados do Brasil e da região do Prata iriam escrever a história de um território em disputa? Quais representações do passado favoreciam os projetos políticos do Império e das Repúblicas? O limite dessas perguntas retoma algumas das linhas do processo histórico associado à escrita das histórias nacionais em tempos de guerra.

A primeira delas se refere a uma ideia generalizada de que os estados nacionais brasileiro, argentino, uruguaio e paraguaio sempre tiveram os limites territoriais atuais. Ao contrário, os contornos do sul já foram recortados de diversos modos visto que após as guerras de

independência as margens do Rio da Prata foram disputadas por todos esses estados. Nesse ínterim de conflitos, o General Juan Manuel de Rosas, governador da província de Buenos Aires, decidiu monopolizar a navegação do Rio da Prata.

Cabe assim lembrar que a direção política de Rosas incidia na província brasileira de São Pedro, onde também funcionava, em 1839, o governo da República do Piratini. Assim, as partes do Brasil circundavam o governo do Paraguai, recém-independente da direção política da província de Buenos Aires e, sobretudo, a região do Uruguai onde as lideranças políticas do Governo de Cerrito dirigiam as províncias do interior em rivalidade com o governo de Montevideú. Todos tinham interesses políticos nos territórios marginais ao Rio da Prata, alguns se aliaram a Rosas, como foi o caso da República do Piratini e do Governo de Cerrito, já os outros sustentaram uma oposição que desembocou na chamada Guerra Grande. No intervalo desse conflito, que se estendeu aproximadamente entre 1839 e 1852, as alianças não permaneceram as mesmas, principalmente porque o líder napolitano Giuseppe Garibaldi se aliou aos exércitos colorados junto com as lideranças dos farrapos.

De igual forma, as elites políticas do Brasil divergiam sobre quem apoiar e como se posicionar nos conflitos do sul. E aqui chegamos ao papel preponderante que alguns sócios rio-platenses desempenharam no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) entre esses anos da guerra através do intercâmbio com o Instituto Histórico e Geográfico Nacional (IHGN) de Montevideú. Posto que os letrados rio-platenses integraram a República das Letras, a fim de que a história da região do Prata fosse incluída à história universal, formando um amplo intercâmbio acadêmico e de divulgação de suas narrativas não só com o Brasil, mas com todos os demais países ligados pelos institutos. Portanto, a leitura das narrativas históricas da região do Prata mudou as representações da região sul e construiu as alianças políticas do Brasil com a resistência rosista.

Em que pese no meio de uma guerra a construção de um projeto historiográfico para a região do Prata, na balança estavam presentes todos aqueles interesses políticos, principalmente os eventos escolhidos para representarem o passado e o presente da região. Não por acaso, as representações da independência da região do Prata foram reabilitadas para enfrentar um contexto tão ameaçado pelas guerras, por isso apresentar a região como um estado independente era crucial para delinear os sucessos da guerra que se empreendia. Sobretudo, deve ser lembrado que em 2010 os países vizinhos ao Brasil comemoraram o bicentário de suas independências, deste ponto passamos a problematizar também como esse evento foi representado e lembrado na cultura da memória platina.

## A BUSCA PELAS ORIGENS E O MITO DA GUERRA PELA INDEPENDÊNCIA

O estado argentino comemorou em 2010 o bicentenário de sua independência em duas datas. A data oficial é 9 de julho, contudo as comemorações começam na semana de 25 de maio, quando tiveram início as guerras civis que ficaram conhecidas como Revolução de Maio. O desejo de lembrar a Revolução de Maio de 1810 começou desde meados do século XIX. Assim, durante o oitocentos, boa parte dos eventos políticos e militares da região foram reinterpretados como uma etapa consequente às guerras civis de maio.

Tais eventos que marcaram a separação política da região do Prata têm início em fins do século XVIII, quando os reinos europeus sentiam-se ameaçados com a expansão da Revolução Francesa, uma vez que a execução de Luís XVI e a ascensão dos jacobinos na França espalharam a imagem do terror e das ideias antimonárquicas<sup>1</sup>. Paulatina-mente, o domínio de Napoleão e suas invasões foram desordenando a representação política e cultural do poder monárquico. Em 1808, a Península Ibérica foi uma das primeiras regiões europeias que sofreram com as

<sup>1</sup> BASTOS, Lúcia. "Portugal e as invasões francesas". *Napoleão Bonaparte. Imaginário e política em Portugal c.1808-1810*. São Paulo: Alameda, 2008, 364, p. 69-118.

invasões napoleônicas. Consequentemente os impactos daqueles acontecimentos ocasionaram a acefalia do Império espanhol e a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro. Para os povos iberoamericanos essas duas experiências podem ser consideradas igualmente revolucionárias, tendo por base a cultura política corporativa<sup>2</sup>.

Durante o período que Napoleão prendeu a Família Real espanhola mantendo-a em cativo na França<sup>3</sup>, várias juntas governativas foram instauradas em todos os mundos da monarquia hispânica<sup>4</sup>. Por esse instrumento, todos os povos peninsulares e americanos foram obrigados a questionar a natureza da representação política frente ao vazio do trono espanhol. Em 1812, na cidade de Cádiz, as cortes foram reunidas para que elaborassem uma nova constituição para o Império hispânico. Porém, no território do vice-reinado do Prata seguiram-se muitas guerras civis, pois havia grupos que reclamavam o direito de se autogovernarem na ausência do rei, e outros que defendiam a junta de Cádiz como representante monárquica. As guerras civis que se desenrolaram entre aqueles grupos foram denominadas Revolução de Maio. Posteriormente, este evento foi aclamado como o marco da independência da região do Rio da Prata<sup>5</sup>.

No ano de 1810, o federalismo republicano não era a opção política consensual entre os grupos políticos no Prata. Vale ressaltar que o carlotismo foi uma alternativa

cogitada por Manuel Belgrano, herói da Revolução de Maio e chefe do cabildo de Buenos Aires. Ele enviou um pedido formal à Princesa Carlota Joaquina para que ela assumisse como rainha do vice-reino do Prata<sup>6</sup>. Posto que na linguagem política daqueles grupos, federalismo significava qualquer união de estados independentes, ainda não estava prevista a submissão das instâncias locais a outra de caráter soberano<sup>7</sup>. No Rio da Prata, todos os grupos políticos defendiam a organização independente dos estados provinciais, portanto as diferenças entre os partidos unitários e federais contrapuseram aqueles que defenderam ou não o estabelecimento de um governo central entre as Repúblicas provinciais<sup>8</sup> e sua legitimação política constitucional.

Então, para aqueles que viveram em campo de batalha e acompanharam o desenrolar de uma vida política com ares de liberdade frente à monarquia hispânica, a sequência dos eventos transcorridos em maio de 1810 constituíram uma revolução de fato. Daí em diante, o conceito de revolução assumiu a função explicativa das transformações que ocorreram pós-independência<sup>9</sup>.

Diante da gama de sentidos atribuídos à revolução como um conceito histórico, as interpretações da história da região foram alteradas, logo *Clio* desempenhou um papel orientador. Como uma sociedade que se dirigia pelas glórias de uma revolu-

ção, as representações do passado foram elaboradas na relação com o evento de maio, inclusive os conflitos civis que ocorreram pós 1810. Enquanto para os letrados do Brasil a independência constituía um fato bastardo e inglório, digno de ser estudado pelos historiadores do futuro, para todos os rio-platenses a Revolução de Maio era digna das glórias e das lembranças que restavam.

Desse modo, o IHGN foi fundado em 1843 com a missão de celebrar a memória de maio, a fim de que uma nova narrativa sobre a Revolução de Maio consolidasse as expectativas de mudanças políticas. Os sócios do instituto e as lideranças do Partido Colorado<sup>10</sup> organizavam as festas maias<sup>11</sup>, para assim instaurar uma cultura da memória. Como mostrou os trabalhos de Lúcia Guimarães, celebrar e comemorar os eventos nacionais foram uma das principais atribuições dos Institutos para consolidar a memória nacional<sup>12</sup>.

Ora, por que a memória de maio deveria ser ritualizada pelas atividades do instituto? O IHGN foi fundado por argentinos exilados por Rosas e os letrados que pertenciam ao Partido Colorado, por isso todos os membros estavam comprometidos com a resistência rosista. De posse dessa posição política, a memória de maio recontada e celebrada servia para revestir de sentido contrarrevolucionário os episódios da Guerra Grande e torná-la parte das consequências da Revolução de Maio. Portanto, o projeto historiográfico do IHGN propunha que a escrita da história da região do Prata tivesse sua origem nos eventos de maio e seu fim na derrota de Rosas.

Logo, era um projeto que fundava um passado com um desejo de futuro. Deve-se a essa expectativa a iniciativa dos sócios do IHGN de associar a representação de Rosas com os antigos ministros do tempo colonial, os quais foram caracterizados como déspotas. É, portanto, a representação do general com aspectos negativos do tempo colonial que reatualizava a ofensiva antirrosista como uma segunda Revolução de Maio, difundindo a ideia de que derrotar Rosas era o mesmo que fazer triunfar novamente o movimento revolucionário.

Amado por uns e odiado por outros, desde a primeira passagem como governador da província de Buenos Aires em 1829, Rosas constituía um enigma na vida política da região do Prata, como resumiu Jorge Myers<sup>13</sup>. Infe-re-se dessa sugestão que o período em que Rosas exerceu a direção política das províncias ele proferiu um discurso ambíguo, porque ele assumia um propósito de restauração da ordem ao mesmo tempo em que promovia o pacto federalista consensual. Se para muitos o pragmatismo rosista foi motivado por suas expectativas centralizadoras, Myers assegura que *el federalismo de Rosas se basaba en una concepción de la política que era pragmática e circunstancial por excelencia*<sup>14</sup>.

Não obstante as ambiguidades ideológicas de Rosas, para a gente comum, entre eles os soldados, os agricultores, os homens e as mulheres pobres que viviam em Buenos Aires, Rosas foi aquele que garantiu o bem-estar social tão esperado pelas expectativas revolucionárias. Se comparado aos estados europeus, Rosas foi menos agressivo e garantiu o exercício da cidadania para a gente

<sup>2</sup> SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes Tropical. Império, Monarquia e a corte Real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

<sup>3</sup> SCHULTZ, Kirsten, op.cit.

<sup>4</sup> A expressão mundos das monarquias católicas, entre elas a Espanha, foi alcunhado pelo historiador Serge Gruzinski. Ver "O historiador, o macaco e a centaura: a "história cultural" no novo milênio". *Estudos Avançados*, vol.17, nº.49, São Paulo, Set./Dec., 2003. p. 23-60.

<sup>5</sup> A tese de que as guerras civis de 1810 que compuseram a chamada Revolução de Maio foi um mito de origem e é defendida por Fabio Wasserman. *Entre Clio y la Polis: Conocimiento histórico y representaciones del pasado en el Río de La Plata (1830-1860)*. 1ª ed. Buenos Aires: Editorial Teseo, 2008.

<sup>6</sup> Esse pedido foi detalhado por Francisca Azevedo em: *Carlota Joaquina na Corte do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>7</sup> CHIARAMONTE, José Carlos. "El federalismo argentino en la primera metade del siglo XIX". In: CARMAGNANI, Marcello. *Federalismos latinoamericanos*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 81-132.

<sup>8</sup> Os unitários denominavam o Estado argentino de "Repúblicas Unidas do Rio da Prata" e os federais de "Confederação Argentina". Nós utilizaremos a expressão "Repúblicas provinciais" para nos referirmos ao governo da época. Como Ternavasio, pensamos que o modelo pactista interprovincial legitimado consensualmente e não constitucionalmente foi o que prevaleceu na região do Prata, caracterizando-se como uma nova experiência na América. Ver Marcela Ternavasio em "Entre la deliberación y la autorización: el régimen rosista frente al dilema de la inestabilidad política." In: GOLDMAN, Noemí e SALVATORE, Ricardo (comp.) *Caudilhismo rioplatenses nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: EUDEBA, 1998, p.159-187.

<sup>9</sup> WASSERMAN, Fabio. *Entre Clio y La Polis: conocimiento histórico y representaciones del pasado en el Río de La Plata (1830-1860)*. Buenos Aires: Editorial Teseo, 2008.

<sup>10</sup> A região que deu origem ao Uruguai pertencia ao Império brasileiro como província Cisplatina. Em 1828, os orientais declararam sua independência e tanto o Império como as Repúblicas provinciais se comprometeram a preservar sua soberania. Em 1830, Frutuoso Rivera foi eleito presidente da República Oriental do Uruguai. A rivalidade política entre Rivera e Juan Antonio Lavalleja deu origem aos grupos políticos colorados e blancos. Ver PIMENTA, João Paulo. *O Brasil e a América espanhola (1808-1822)*. Tese Doutorado USP, 2004. E FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.

<sup>11</sup> A importância das festas maias na construção dos estados nacionais na região do Prata foi amplamente demonstrada na tese de GIL, Antonio Carlos Amador. *Tecendo os fios da nação: soberania e identidade nacional no processo de construção do Estado Argentino. Buenos Aires entre o movimento de maio e a queda de Rivadavia*. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 1999.

<sup>12</sup> GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. RIHGB, 156 (388), 1995.

<sup>13</sup> MYERS, Jorge. *Orden y virtud, el discurso republicano en el regimen rosista*. 2ª edición. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2002, p. 13.

<sup>14</sup> Idem. p. 97.

comum através da manutenção e da expansão do processo eleitoral, como constatou Ricardo Salvatore<sup>15</sup>.

Assim chamamos de Querela de *Clio* esse conjunto de versões e reatualizações das narrativas da Revolução de Maio e dos sucessos das batalhas da Guerra Grande, visto que eram essas representações que mais diferenciavam os grupos políticos<sup>16</sup>.

## O ARTESÃO DA MEMÓRIA COMO SOLDADO DO PENSAMENTO

De todos os sócios do IHGN, Florencio Varela foi um elo importante na Querela de *Clio* porque representou a comissão dos proscritos argentinos, por conseguinte, ele manteve uma das maiores redes de correspondência com seus compatriotas. Além disso, desde que se formou nos cursos de Cânones e Economia política na Universidade de Buenos Aires, Florencio sempre ocupou cargos no ministério das relações exteriores, antes do exílio ele representou as Repúblicas Unidas do Prata, depois a República do Estado Oriental. Dessas experiências, Florencio Varela adquiriu vasto material para aquele que foi seu maior sonho, *una imprenta para sostener con el producto de su trabajo e de su inteligencia, y el tiempo necesario para realizar su proyecto favorito: la composición de una historia completa de la Revolución Sud-Americana*.<sup>17</sup> Em meio à expectativa de escrever essa história, nas idas e vindas de Florencio Varela, ele passou alguns anos na Corte do Rio de Janeiro, e como um mercador das letras se imiscuiu no IHGB.

A viagem para a Corte do Rio de Janeiro foi uma decisão do médico de Florencio Varela, que já vinha tratando de uma enfermidade pulmonar que o acometeu e o afastou de seu trabalho. Assim, por conselho médico, a Corte dos trópicos poderia colaborar na

recuperação desse letrado. A viagem transcorreu tranquila e eles desembarcaram no Rio em 14 de junho de 1841, e residiram na Rua do Príncipe número 11 no Catete. Em sua autobiografia Varela descreveria esse momento e a cidade como

Todo lo que tiene notable me parece el principal centro de civilización y de comercio en la América del Sur. He pasado cinco meses revolviendo su biblioteca, en la que he hallado y extractado documentos preciosos relativos a la Historia política de estas regiones, cuando aun eran colonias.<sup>18</sup>

As palavras de Florencio Varela sintetizam o conjunto de ações que marcaram sua passagem pelo Rio: os estudos históricos desenvolvidos na biblioteca da Corte. Vemos que seu interesse na biblioteca da corte esteve relacionado aos materiais do período colonial da região do Prata.

Sabe-se que o farto volume de informações sobre a região do Prata da biblioteca da Corte fez parte das intenções da coroa portuguesa em anexar a região. Desde a época que Dom Rodrigo Souza Coutinho ocupou a liderança dos assuntos da monarquia lusa, ele elaborou um projeto para o Império português que localizasse o centro das relações coloniais na cidade do Rio de Janeiro<sup>19</sup>. Como parte de um processo de expansão fora de Portugal, os territórios platinos também seriam incorporados. Nesse movimento de expansão quando a Corte se transferiu para o Rio em 1810, a colônia de Sacramento foi anexada ao Império português. Já no período da independência, Sacramento foi incorporado ao Império do Brasil como Província Cisplatina, além dessa parte do território americano, chegou a ser cogitado na época da independência do Brasil a anexação também

de Angola<sup>20</sup>. Em 1839, não era só Rosas que possuía projetos expansionistas, durante muitos anos as políticas do Império do Brasil aportaram o domínio de mais territórios, portanto o acúmulo de informações sobre os domínios pretendidos, como a região oriental, certamente orientou muitas aquisições bibliográficas dos bibliotecários reais.

Em 1838, ocupava esse cargo o cônego Januário da Cunha Barbosa. O sócio-fundador do IHGB e secretário perpétuo ficou muito próximo de Florencio Varela, o qual se tornou sócio-correspondente do mesmo instituto. Outro amigo que ele conquistou nessa estadia foi outro sócio-fundador José Silvestre Rebelo<sup>21</sup>.

Cabe ser destacado que Januário da Cunha Barbosa teve um papel importante no processo de independência do Brasil por meio da atuação da loja maçônica Grande Oriente<sup>22</sup>, onde, junto com seus consócios, redigiram uma constituição para o Brasil. Reunida a assembleia constituinte em 1822, esse projeto foi apresentado e duramente contestado, visto que o texto era de caráter liberal e concedia relativa autonomia às províncias do Brasil<sup>23</sup>. Tal modelo contrariava as pretensões centralizadoras de José Bonifácio de Andrada e Pedro I, como de outros representantes da corte. Os conflitos que se seguiram entre eles acarretaram o encerramento das atividades da constituinte. A outorga da constituição não foi o bastante: naquele mesmo ano uma representação litigiosa foi movida contra os deputados que defenderam a constituição mais liberal. Por meio de uma devassa<sup>24</sup> vários deputados foram acusados de serem republicanos e

ameaçarem a ordem pública. Todos sem exceção foram conduzidos ao exílio político. Januário escolheu partir para Paris, onde tomou conhecimento dos trabalhos do Instituto Histórico de Paris, do qual procede o modelo do IHGB.

Quando o IHGB foi fundado, os exilados pela devassa já estavam de volta. Lúcia Guimarães informa que os membros do IHGB chegaram a propor ao cônego e a outros membros que reunissem seus testemunhos dos acontecimentos que conduziram a independência, formando uma comissão especial. Todavia, o tema da independência e o peso do caráter republicano que cercava esses membros deve ter sido o motivo por esse trabalho não ter sido elaborado<sup>25</sup>.

Em 1838, os vários projetos de organização política que não foram resolvidos no momento da independência mexiam com as disputas políticas no centro do Império. Principalmente, porque as elites políticas das províncias de Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Pará, São Paulo e São Pedro viviam em pé de guerra com as elites do Rio de Janeiro, as quais desejavam obter mais representação política. No período regencial de 1831 a 1840, época em que o IHGB foi fundado, o pacto federativo concedeu as autonomias legislativas que as elites das províncias tanto desejavam através do ato adicional de 1834<sup>26</sup>. Diante desse turbilhão de disputas políticas que marcaram a cena cotidiana da vida pública no Império do Brasil, não podemos afirmar de maneira categórica, mas pelo menos supor, que a aproximação dos rio-platenses com os sócios do IHGB denota a proximidade de ideias políticas.

<sup>20</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. "Construtores e herdeiros". A trama dos interesses na construção da unidade política. In: JANCSÓ, István, organizador. *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 271-302.

<sup>21</sup> Cf. AIHGB, coleção Instituto Histórico, lata 139, pasta 85.

<sup>22</sup> Sobre o papel da maçonaria no processo de independência do Brasil ver BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*. 1ª ed. São Paulo-Juiz de Fora: Annablume-EDUFJF-FAPESP, 2006.

<sup>23</sup> Ver NEVES, Lúcia. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003. E SLEMIAN, Andréa. *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

<sup>24</sup> Processo dos cidadãos Domingos Alves Branco Muniz Barreto, João da Rocha Pinto, Luiz Manuel Alves de Azevedo, Tomas José Tinoco D'Almeida, José Joaquim Gouveia, Joaquim Valério Tavares, João Soares Lisboa, Pedro José da Costa Barros, João Fernandes Lopes, Joaquim Gonçalves Ledo, Luiz Pereira da Nóbrega de Souza Coutinho, José Clemente Pereira, o padre Januário da Cunha Barbosa e o padre Antônio João de Lessa. ... Rio de Janeiro: Tipografia de Silva Porto e Companhia, 1824.

<sup>25</sup> GUIMARÃES, Lucia, op. cit, p. 514.

<sup>26</sup> DOLHNIKOFF, Mirian. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Editora Globo, 2005.

<sup>15</sup> SALVATORE, Ricardo. "Consolidación del régimen rosista (1835-1852)". In: Noemí Goldman directora de tomo, *Nueva historia argentina, Revolución, República, Confederación (1806-1852)*. 2ª edición. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2005, p. 323-365, p. 327.

<sup>16</sup> Ver importante referências sobre o papel chave da Revolução de Maio em Wasserman, Fabio, op. cit. e Goldman, Noemí. *História y lenguaje. Los discursos de la Revolución de Mayo*. Buenos Aires: Editores da América Latina, 2000.

<sup>17</sup> VARELA, Florencio. *Auto-Biografía*. Montevideu: Imprenta Del Comercio del Plata. p.50.

<sup>18</sup> Idem. p. 10.

<sup>19</sup> SCHULTZ, Kistern, op. cit.

Mas o jogo político possuía também diferenças, já que para os letrados rio-platenses a Revolução de Maio era a fonte das representações do passado da região. Em relação a este evento que despontara como um fato histórico, Varela dedicou tempo ao estudo dos acontecimentos “contemporâneos” de sua região. Quais as fontes o Brasil poderia guardar sobre a Revolução de Maio de 1810?

Os estudos da “feliz revolução” realizados por Varela no Brasil utilizaram um “*archivo humano*”: Bernardino Rivadavia. Curiosamente, o primeiro presidente das Repúblicas Unidas do Prata, viveu na Corte entre os anos de 1841 a 1844. Quando ele recebeu não só asilo político, mas até mesmo uma pensão do imperador. Segundo Ricardo Piccirilli, sócio da Academia Nacional de História Argentina, “nessa época [1840-1842], segundo versões de Rosas (seu inimigo) recolhidas por Saldías, Rivadavia recebeu uma pensão do Imperador Dom Pedro II ao mesmo tempo viu desaparecer sua esposa Juana Del Pino, filha do Vice-Rei do Rio da Prata, Joaquim Del Pino”<sup>27</sup>. Sobre esse fato temos algumas palavras de Florencio Varela:

Rivadavia perdió casi repentinamente a su mujer, señora de carácter elevado, de espíritu superior, de corazón bien formado, hija de un virrey español y fautora eficaz de las miras de su marido en los primeros días de la Revolución de nuestra patria. La situación de este hombre, quebrantado, pobre, monumento casi derruido de nuestras glorias no militares es realmente terrible; ahora se caso solo en el mundo [...] es un archivo de nuestras cosas; le distraigo haciendo hablar y aprendo mucho en lo que habla.<sup>28</sup>

As narrações de Rivadavia sobre a Revolução de Maio foram para Varela como uma janela para ver um passado que ele não presenciou, pois era um *niño* aos anos de 1810. O velho Rivadavia narrou tudo o que viu e

ouviu daqueles acontecimentos. De todas as palavras, Varela revelou que *me da los documentos, tomo notas de lo que hablamos y a la noche las reduzco a apuntes metodizados*<sup>29</sup>. A sequência de trabalhos com Rivadavia proporcionou ao *soldado del pensamiento* uma inesperada aquisição: a biografia de Belgrano.

Entre otras cosas me ha dado Rivadavia una Autobiografía del general Belgrano, original; comprende sólo un breve período de su carrera; toda su campaña al Paraguay y algo sobre la batalla de Tucumán. Es escrita con ligereza pero bastante útil. Más despacio le daré idea más completa de es trabajo.<sup>30</sup>

O General Belgrano foi um dos chefes militares que destituíram o Vice-Rei Baltasar de Cisneros e formou a primeira junta de governo em Tucumán. Por todas as suas lideranças políticas, boa parte das memórias dos sucessos da Revolução de Maio, narrada por parte dos argentinos exilados, centralizou-se nas atuações desse general. Sua autobiografia foi uma fonte para Bartolomé Mitre. Respectivamente, a história de vida do General Belgrano é considerada a primeira história nacional da Argentina. Assim que entendemos, o lugar que Belgrano ocupa junto com a importância da Revolução de Maio para escritores como Florencio Varela pode ser inferida à importância dos estudos com o Rivadavia.

Em 1842, Varela se despediu do Brasil e de seus estudos na biblioteca com Rivadavia. Na viagem de volta para Montevidéu, ele e sua família naufragaram algumas milhas antes de aportar. Todos se salvaram, mas se perderam as anotações e os livros que Varela trazia consigo e não havia despachado antes. Em janeiro de 1843, ele narrou esses acontecimentos ao cônego Januário. E por isso temos ideias de um livro que começou a redigir quando esteve no Brasil: *Cuestio-*

*nes entre España y Portugal sobre los límites de sus respectivas conquistas en la América Meridional hacia el Río de la Plata y sobre la Colonia de Sacramento*. Este livro manuscrito teve por tema o estudo das negociações territoriais entre as monarquias ibéricas sobre a região do Prata. Com as palavras de Varela, observe seu interesse nesse assunto:

Hallándome con tantos materiales me he determinado a escribir un libro especial sobre la materia. Creo que podré hacer algo de nuevo, completo y que/ ofrezca interés, pues cuanto veo escrito sobre el particular es deficiente, apasionado y esta diseminado en muchos volúmenes y documentos sueltos. A más de que hay muchos de éstos que se ignoran y que importa publicar porque dan inmensa luz sobre varios puntos y deciden completamente otros.<sup>31</sup>

Por esse trecho percebe-se que a ideia de escrever um livro especial sobre as fronteiras regionais da América do Sul foi resultado dos materiais que lia e de suas anotações. Florencio julgou que conseguiria ampliar os estudos históricos sobre os limites regionais e reunir os documentos que se relacionavam com o assunto. Segundo os estudos de Wasserman, o interesse de Varela nos direitos territoriais também era consequência dos fatos que ele considerava importante para ser resgatado do passado colonial, nesse sentido os limites territoriais eram um passado a ser lembrado porque atendia às demandas do presente referente às negociações sobre os domínios territoriais entre os países da região do Prata<sup>32</sup>. Em conclusão, a interpretação de Florencio Varela matiza que a Revolução de maio ampliou a pauta de conflitos relacionados à divisão das fronteiras na região do Prata.

Em concordância com esse viés de Florencio Varela, aparece claramente que seu entendimento sobre a História era conceitu-

ado pela capacidade que a narrativa possuía de revelar-se como luz da verdade, ao mesmo tempo em que o engajamento político de letrados como Florencio Varela tornava a escrita da história uma prática política importante. Mais uma vez, o estado permanente de guerra vivenciado pelas gerações de letrados rio-platenses conduzia à seleção dos fatos que deveriam ser exibidos como passado.

Não obstante os estudos de Florencio Varela, ele nunca terminou seu empreendimento. O que não impediu que o primeiro capítulo manuscrito circulasse de forma clandestina. E embora ele não quisesse tomar partido de nenhum estado seguindo a verdade dos documentos, sabemos por relatos de Luis Domingues que, em 1844, Florencio Varela enviou para o cônsul-geral do Uruguai na Corte, Dom Magariños, uma cópia de seu manuscrito<sup>33</sup>. A doação da memória de Florencio Varela a Dom Alejandro Magariños que residia na corte, dispunha o vigor da escrita da região do Prata em tempo de guerra. Seu uso na defesa dos interesses da República Oriental atualizava naquele momento os episódios do passado colonial, e atendia às demandas do presente.

Assim, Florencio Varela talvez tivesse mudado de ideia em 1844? Nesse sentido, sua escrita a serviço das negociações que estabeleceriam as fronteiras do Império com a região do Prata expressava seu compromisso com o artigo 16 §4 do estatuto do IHGN, o qual exigia que os sócios elaborassem memórias que intervissem nas questões da administração da República Oriental. Seja como for, Varela influía *directamente en la política del Río de la Plata, por la amistad que lo ligaba al señor Vásquez, el cual volvió como antes a valerse de su consejo y cooperación en el ministerio de Relaciones Exteriores*<sup>34</sup>.

Posto isso, a relação estreita que havia entre os estudos históricos do passado colonial e sua utilidade às demandas do presente caracterizaram a atuação conjunta dos Institutos Históricos e o Ministério dos Negócios Estrangeiros, não só pela proxi-

<sup>27</sup> O Grifo é do original. AIHGB, coleção Instituto Histórico, lata 571, pasta 15.

<sup>28</sup> AE, tomo I, p.235. Carta de Florencio Varela a Juan Maria Gutiérrez. Rio de Janeiro, 22/12/1841.

<sup>29</sup> AE, tomo I, p.242. Carta de Florencio Varela a Juan Maria Gutiérrez. Rio de Janeiro, 1/4/1842.

<sup>30</sup> AE, tomo I, p.242. Carta de Florência Varela Juan Maria Gutiérrez. Rio de Janeiro, 1/4/1842.

<sup>31</sup> AE, tomo I, p.251. Carta de Florência Varela Juan Maria Gutiérrez. Rio de Janeiro, 27/9/1842.

<sup>32</sup> Wasserman, Fabio, op. cit., p. 136.

<sup>33</sup> Idem, p. 17.

<sup>34</sup> DOMÍNGUEZ, Luis L. “Florencio Varela”. In: VARELA, Florencio. Rosas y su gobierno. Clasicos Argentinos. Volume II. Buenos Aires: Editor M. Gleizer. 1927, p. 25.

midade entre seus representantes, sobretudo pelo caráter utilitário da história. Nesse caso, a memória unida à edição de documentos se apresentava como uma forma de usar o passado colonial de maneira útil às questões da definição das fronteiras entre o Estado Oriental, a Confederação Argentina e o Império do Brasil.

## CONCLUSÃO

Por fim, parece que a eleição do passado e de uma origem foi responsável por orientar as interpretações do presente uma vez que livros como o de Florencio Varela foram doados ao IHGB. Consequentemente, convenceram as elites políticas brasileiras a tomar partido nas questões do Prata, além de ter sido mobilizada pela veiculação da escrita da história contemporânea da região do Prata em território brasileiro. Dessa maneira, eles difundiram no Império as suas consequências na Querela com Rosas, mobilizando poderosas alianças para seus projetos políticos para derrotar Rosas.

Por tudo que foi matizado, as representações da Revolução de Maio foram reabilitadas em novas narrativas para serem configuradas em linhas paralelas com a guerra com Rosas, dessa maneira, o passado revelado por narrativa do “sol de maio” funcionava como elo de articulação entre o presente e o futuro. Vale ressaltar que Rosas também criou suas representações de maio e seus paralelos, logo tais narrativas concorreram entre si. De posse de tantos significados e heróis, como os anos seguintes à Revolução de Maio seriam recordados pelas gerações daqueles que não a vivenciaram?

Apesar de seu parentesco com Rosas, foi homem de Lavalle e desbaratou os guerrilheiros em uma ação a que chamou sempre espadeirada. Derrotados os unitários, emigrou para o Estado Oriental, onde se casou. Durante a Guerra

Grande morreu em Montevideu, praça sitiada pelos brancos de Oribe. Ia fazer quarenta e quatro anos, o que já era quase a velhice. Foi amigo de Florencio Varela. É bem verossímil que os professores do Colégio Militar o tivessem reprovado; ele só havia cursado batalhas, mas nem um único exame. Deixou duas filhas, das quais Maria Justina, a mais moça, é a que nos interessa.<sup>35</sup>

Acima, uma passagem do conto “A velha dama” publicado pelo escritor argentino Jorge Luis Borges no ano de 1970, a personagem Maria Justina era a filha centenária do coronel Mariano Rubio, “a única filha de guerreiros da independência que ainda não havia morrido.”<sup>36</sup> A trajetória dos dois personagens até três gerações da região do Prata: os próceres da chamada Revolução de Maio, os filhos do exílio e a geração do escritor Borges. Nesse conto, ele destacou a veneração aos eventos das guerras de independência da região, onde as famílias dos generais transmitiram suas memórias épicas até a geração de Borges e seu leitor; “basta que o leitor imagine uma família honrada e arruinada, presidida por uma sombra épica e pela filha que nasceu no desterro”<sup>37</sup>. O coronel e sua família são reais apenas no universo ficcional de Borges, mas sua trama reporta-se a um contexto histórico na região do Prata entre os anos de 1810 e 1852.

Notadamente, o escritor argentino fez uma crítica à veneração dos acontecimentos da Revolução de Maio, questionando o caráter heroico e revolucionário daqueles acontecimentos, já que a velha dama tinha uma condição decadente, sendo, portanto, a última vítima dos acontecimentos revolucionários. Tanto para os leitores que compartilhavam da crítica do autor quanto para muitos daqueles que comemoraram o bicentenário da independência da região do Prata, a semana de maio não consoli-

dou politicamente as expectativas revolucionárias. Pois as reivindicações políticas e sociais são inúmeras para aqueles que fa-

zem do presente uma negação do passado e sonham com um futuro melhor para sua comunidade política.

<sup>35</sup> BORGES, Jorge Luis. “A velha dama”. In: *O informe de Brodie*. Obras Completas. Volume II. Rio de Janeiro: Editora Globo. 2ª edição. 1999, p. 31.

<sup>36</sup> BORGES, Jorge Luis, op. cit.

<sup>37</sup> Idem, p. 31.